

O PROCESSO DE REFLEXIVIDADE¹

■ Henri Pierre Jeudy

As estratégias da conservação se caracterizam por um *processo de reflexividade* que lhes dá sentido e finalidade. O conceito de patrimônio cultural retira seu significado contemporâneo de uma *réplica museográfica do mundo*. É preciso, para que haja um patrimônio reconhecível, gerenciável, que uma

sociedade se apreenda no espelho dela mesma, que ela tome seus lugares, seus objetos, seus monumentos como reflexos inteligíveis de sua história, de sua cultura. É preciso que uma sociedade realize um *desdobramento espetacular*, que lhe permita fazer de seus objetos e territórios um meio permanente de *especulação sobre o futuro*. Estamos longe das idéias que Walter Benjamin exprimiu em seu “*Exposé de 1935*”, onde ele colocou uma frase de Michelet como epígrafe da 1ª seção: “Cada época sonha a próxima. Futuro! Futuro!”² Walter Benjamin, no seu “*Livre des Passages*”, mostrou como as fantasmagorias de um “sonho coletivo” antecipam o futuro, mas somente na medida em que “cada época procura, ao contrário, no seu sonho, se forçar a acordar”.³ Como escreveu Miguel Abensour: “Acabou então a representação toda sorridente, tranqüilizadora até o entorpecimento, de uma viagem onírica em direção ao futuro próximo, de uma entrada doce, em águas calmas, no porto do futuro; ao invés disso, doravante, vem a idéia, a exigência, o imperativo de um trabalho difícil, com um saída bastante incerta, para se libertar desse estado onde, sob máscaras sedutoras, ronda a morte.” (ABENSOEUR, 2000). Mas não sonhamos mais a época seguinte. O sentido mais corriqueiro atribuído à conservação do patrimônio é o de preservação da ordem simbólica das sociedades modernas. Seu caráter político e social retira sua dinâmica de uma resistência manifestada pela consagração cultural dos vestígios da História contra os riscos de sua

Na Europa, poderíamos interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de exorcizar essa ameaça permanente que recai sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. A conservação se torna uma “questão urgente” e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial, prioritariamente percebido na perspectiva da perda. O que é que predispõe à seleção na conservação patrimonial? O princípio de reflexividade permite crer que, contra o risco de esquecimento, as escolhas da conservação patrimonial não podem ser arbitrárias.

Tradução: Paola Berenstein Jacques
Revisão: Ana Fernandes

■ Pesquisador do CNRS, Paris, França
jeudy@msh-paris.fr

desestruturção. O *processo de reflexividade* que engaja toda estratégia patrimonial consiste em promover a visibilidade pública dos objetos, dos lugares, dos relatos fundadores do enquadramento simbólico de uma sociedade. Certos etnólogos nos ensinaram que a ordem simbólica era anterior ao funcionamento de uma sociedade e que o estruturava, mas o desenvolvimento patrimonial contemporâneo revelaria como essa mesma ordem simbólica, representada por objetos, por monumentos e lugares, se impõe como a aventura de nossa própria inteligibilidade. Produzimos, moldamos, vendemos representações da ordem simbólica, pois o valor simbólico e o valor de mercado do objeto se confundem. Esse é o dilema da gestão contemporânea dos patrimônios: se o patrimônio não tem um estatuto à parte, se ele se torna um valor mercantil como os outros (os bens culturais), ele perde o seu potencial simbólico. É necessário que, de alguma forma, o patrimônio se encontre excluído dos valores de mercado para salvar seu próprio valor simbólico. Ao mesmo tempo, a prospectiva patrimonial se encontra confrontada a uma contradição: de um lado, os patrimônios não podem ser tratados como produtos de *marketing*, mas, de outro, não há desenvolvimento cultural sem comercialização. As estratégias mais usuais, hoje em dia, orientam-se em direção a uma combinação que contém essa contradição: o que é tido por sagrado não impede a circulação de bens materiais (CURNIER, JEUDY, 1992).

Esse *processo de reflexividade* não é universal. No Japão, por exemplo, a reflexão sobre os patrimônios perde o sentido *a priori*, pois tudo pode ser considerado símbolo patrimonial. A palavra “patrimônio” não existe na língua japonesa. Essa ausência da própria palavra não significaria que a sociedade japonesa não precisa se olhar no próprio espelho para assegurar a perenidade de sua ordem simbólica? Existiria, no olhar do ocidental, uma atmosfera patrimonial *de fato*, e essa seria apoiada pela presença contínua do religioso na vida cotidiana. O princípio de consagrar um lugar, de designá-lo como sagrado, com a finalidade de lhe atribuir um valor patrimonial não terá mais sentido, pois são muitos os lugares (e, sobretudo, os inumeráveis templos) que já são sagrados. A mesma coisa se aplica às paisagens. Tudo é igualmente paisagem. Tanto os pequenos jardins na frente das casas quanto os conjuntos urbanos, cujo entrelaçamento cria um efeito de paisagem, ao menos para o olhar do estrangeiro. Quando pensamos na paisagem somente de um ponto de vista ocidental, falamos do que já é concebido como tal. Trata-se de uma formalização reflexiva de um espaço determinado. No Japão, o patrimônio já está lá, não precisa ser objeto de reflexão. É sob a pressão dos ocidentais que os japoneses foram levados a pensar seu patrimônio.

Quando os japoneses vêm às capitais européias e fazem milhares de fotografias dos monumentos históricos, eles parecem expressar uma admiração pelo passado dessas grandes cidades. Sua paixão pela fotografia, muitas vezes reduzida a um puro gesto automático, satisfaz-se com um “estado de petrificação monumental”, na medida em que tudo que é visto passa a ser arquivo. Essa riqueza simbólica dos centros históricos, mesmo se ela ainda aparece bem viva, graças à massa de turistas sempre presentes, entra, pela fotografia, na ordem serial das imagens de objetos patrimoniais. E podemos imaginar que grande parte desses monumentos já pode, e seguramente poderá, nos tempos futuros, ser reconstituída em outros lugares, longe de seus locais de origem. A exemplaridade de um patrimônio apresenta a vantagem de ser “sem fronteiras”. Da mesma forma, a concepção contemporânea de patrimônio continua a ser uma questão ocidental que, uma vez integrada à cultura japonesa, só pode ser tratada ao “segundo grau” da reflexividade: a conservação patrimonial é tomada como um modelo pronto, como um produto de importação, como se o *processo de reflexividade* já tivesse acontecido, e como se esse já estivesse incorporado ao próprio produto. A sociedade japonesa não teria necessidade, ela mesma, de se refletir em sua própria construção patrimonial. Ela se contentaria de responder a um “dever patrimonial” que tomou, hoje em dia, uma dimensão universal.

Na cidade de Osaka – curiosamente considerada como tendo pouco interesse por boa parte dos guias turísticos –, existe um lugar mais particularmente simbólico, Ebisu Bashi. É o lugar da paquera, o lugar dos encontros. À noite, quando todas as publicidades luminosas brilham em múltiplas cores, o lugar se torna futurista, como numa ficção científica. O prédio das cervejas Kirin, projetado pelo arquiteto Shin Takamatsu, parece uma fábrica dos tempos futuros. Sua silhueta imponente e pesada traz a impressão, na extremidade da ponte, de uma estranha ameaça. Do outro lado da ponte, um prédio civil antigo, construído sem dúvida no princípio do século, foi conservado em estado deteriorado; a fachada ficou protegida por um envelope de tela verde, que a deixa aparecer na sombra. Podemos pensar que a decisão de conservar esse prédio foi tomada há um certo tempo, mas persiste uma incerteza com relação à sua restauração e ao uso futuro. Quando olhamos o conjunto do lugar, constatamos que esse ato de conservação continua arbitrário e que ele responde a uma necessidade bem recente, como se fosse necessário salvar do desaparecimento o último vestígio de um prédio do tempo passado, cuja função original quase todos desconhecem.

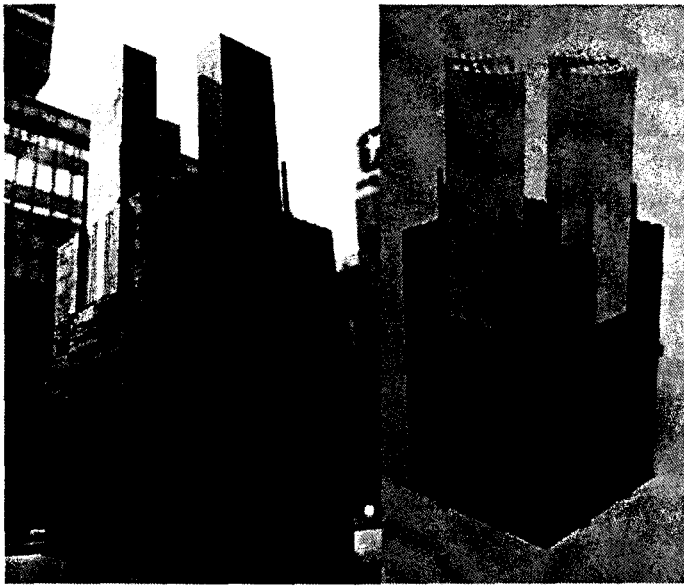


Fig. 1 Projeto Prédio Kirin, Osaka. Arquiteto Shin Takamatsu



Foto: Akemi Tahara
Fig. 2 Prédio Kirin, Osaka



Foto: Akemi Tahara
Fig. 3 Ebisubashi, Osaka

Na Europa, poderíamos interpretar o fervor contemporâneo pelo culto do passado como um meio de exorcizar essa ameaça permanente que recai sobre o homem moderno: a possibilidade de perder o sentido de sua própria continuidade. A conservação se torna uma “questão urgente” e sua aceleração tende a fazer do próprio presente um patrimônio potencial, prioritariamente percebido na perspectiva da perda. Esse patrimônio diz respeito, então, tanto a uma “história longa”, aquela que dá sentido à continuidade, quanto a uma “história imediata”, relativa à experiência dos indivíduos ameaçados de perder o sentido de sua própria continuidade. O que é que predispõe à seleção na conservação patrimonial? O princípio de reflexividade permite crer que, contra o risco do esquecimento, as escolhas da conservação patrimonial não podem ser arbitrárias. Tudo concorre virtualmente a produzir um efeito especular, salutar para a salvaguarda da ordem simbólica da sociedade. A produção atual de “lugares sagrados” de memória, sítios e monumentos, tende a provar que seu simbolismo é “gerenciável”. Os planejadores do patrimônio podem, assim, acreditar que eles possuem os meios de tratar as representações comuns desses “lugares sagrados” como capital simbólico. As memórias são “postas em exposição”, para que seja igualmente assegurado o reconhecimento de sua singularidade. O testemunho só pode ser exemplar. A idéia de “reviver o passado”, de lhe dar novamente vida, é confirmada por vários antropólogos, conservadores e até mesmo políticos, que acreditam num real poder social e cultural da atualização. A gestão contemporânea dos patrimônios só teria finalidade se se referisse a uma vontade supostamente coletiva de reatualização permanente do passado. Numa atmosfera de resistência comum contra o esquecimento, esse trabalho de rememoração se impõe como um dever cívico e como uma fonte moderna de gozo das massas.

Um das primeiras questões da ordem patrimonial é a de dar significado à identidade de uma região, de uma nação, de um evento histórico... Essa referência imposta à identidade, ela mesma transformada em origem dos procedimentos de reconstituição do passado ou de sua preservação museográfica, parece se opor ao fenômeno de mundialização, como uma defesa contra o risco de confusão e de perda de identidades culturais. O que parece evidente para um ocidental é que, no Japão, esse risco não ocorre. A identidade cultural não precisa ser representada ou reivindicada: ela está lá e se expressa de forma soberana. O princípio mesmo de atualização do passado não aparece para socorrer as identidades ameaçadas, ou uma ordem simbólica que é suscetível de ser desestruturada, sob a pressão da mundialização. As tecnologias mais modernas da comunicação não atrapalham o exercício cotidiano de práticas simbólicas, mesmo as mais tradicionais. Podemos deduzir que, num um país onde a expressão viva da cultura persiste no cotidiano, graças a uma multiplicidade de trocas simbólicas que envolvem o próprio corpo, a referência ao patrimônio perde o sentido? A originalidade do Japão está no fato que, para os ocidentais, a *figuração da alteridade* não está ameaçada pela mundialização quando o sentimento de pertencimento cultural não precisa realmente ser protegido. Curiosamente, o Japão, que se pergunta há algum tempo sobre a existência e a gestão de seu próprio patrimônio, passa, do ponto de vista ocidental, pelo próprio modelo de

manutenção da integridade territorial das identidades culturais. O *processo de reflexividade* impõe a seguinte regra: a identidade bem preservada se torna o signo futuro de uma alteridade inalterável. Como supor, então, que os turistas japoneses possam procurar, em seu arquipélago, os mesmos efeitos de fascinação provocados pela monumentalidade das capitais européias? A vontade de réplica patrimonial não implica, sobretudo, uma certa ironia objetiva? Em resumo, uma caricatura, involuntária ou não, *do processo de reflexividade*.

Notas

¹ Esse texto foi originalmente publicado em JEUDY, Henri-Pierre, 2001, *La machinerie Patrimoniale*, Paris: Ed. Sens&Tonka (capítulo 1, Un miroir aux alouettes)

² "Chaque époque rêve de la suivante. Avenir! Avenir!" (NT)

³ "Chaque époque cherche au contraire dans son rêve à s'arracher à son sommeil." (NT)

Referências Bibliográficas

ABENSOUR, Miguel 2000, *L'Utopie de Thomas More à Walter Benjamin*, p.147, Paris: Sens&Tonka.

CURNIER, Jean-Paul, JEUDY, Henri-Pierre 1992, *Le développement culturel*, Rapport pour le Sénat